

ÉTICA EM WITTGENSTEIN

Lucas Jairo Cervantes Bispo¹, Wagner Teles de Oliveira²

1. Estudante de IC do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS
2. DCHF – UEFS – Departamento de Filosofia / Orientador

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo examinar o lugar que o *Tractatus Logico-Philosophicus* reserva à ética, tentando reconstituir as exigências conceituais à luz das quais Wittgenstein separa o dizível do que não se deixa dizer. Em específico, o trabalho consistiu em confrontar o *Tractatus* com a “Conferência sobre Ética”, interrogando-se em que medida esta apresenta um desenvolvimento das noções mais fundamentais daquele no que respeita ao plano de demarcação do sentido. O método adotado consistiu na leitura e escrita de textos segundo técnicas de exegese e de escrita que caracterizam a área. Assim, execução das atividades concernidas pelo plano de trabalho privilegiou o cotejo das fontes primárias da pesquisa, sobretudo o *Tractatus Logico-Philosophicus*, sem se furtar à apreciação de fontes secundárias constituídas de textos de destacados comentadores que se inscrevem na tradição de leitura da obra de Wittgenstein.

Palavras-chave: Wittgenstein; Ética; Teoria Pictórica.

Apoio financeiro: O Programa de Bolsas de Iniciação Científica/UEFS

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Introdução:

O *Tractatus Logico-Philosophicus*, de Wittgenstein, é assimilado pela história da filosofia como responsável por ter empreendido em filosofia uma virada linguística. Isto porque teria tornado possível a análise do pensamento a partir da proposição, a sua forma sensível. Segundo o próprio autor, o cerne do livro consiste fundamentalmente na demarcação entre o que pode ser dito e o que pode apenas ser mostrado. O espírito que move essa demarcação é tramado em relação com a análise do pensamento por meio da proposição, afinal também ela só pode ser feita no âmbito da linguagem. A partir da redução do dizível à forma de enunciados declarativos, o *Tractatus* encerra no âmbito do que não se deixa dizer todas aquelas condições lógicas que possibilitam a elaboração do discurso significativo, como a ética. Por visar ao absoluto, a ética não poderia ganhar a forma de um discurso significativo na medida que o dizível, porque contingente, deve poder ser negado. Criando uma cisão entre o absoluto e o relativo, Wittgenstein faz ver que os domínios do significativo e do relevante não coincidem, razão pela qual aquelas questões mais importantes à vida, desse ponto de vista, seriam sequer tocadas caso todos os problemas científicos tivessem sido resolvidos. Essa não coincidência articula a concepção pictórica da proposição que caracteriza o *Tractatus*. A proposição é compreendida como uma imagem de um estado de coisas ao qual ela deve identificar-se ponto a ponto, havendo uma relação de isomorfia entre as partes mínimas da proposição e as do fato do qual ela é uma imagem. Por figurar um fato do mundo, a proposição só pode, a fim de lograr o propósito de representá-lo, ser essencialmente marcada pela contingência, preservando a possibilidade de ser verdadeira ou falsa. Com a distinção entre o significativo e o relevante, o *Tractatus* parece reduzir a linguagem ao âmbito do sentido. A ética, pertencendo ao domínio do que é relevante, escapa do domínio do significativo, não se deixando captar pela linguagem. Considerando isso, a pesquisa teve como objetivo examinar o lugar que o *Tractatus* reserva à ética, tentando reconstituir as exigências conceituais à luz das quais Wittgenstein separa o dizível do que não se deixa dizer. Em específico, o trabalho consistiu em confrontar o *Tractatus* com a “Conferência sobre Ética”, interrogando-se em que medida esta apresenta um desenvolvimento das noções mais fundamentais daquele no que respeita ao plano de demarcação do sentido.

Metodologia:

O método adotado consistiu na leitura e escrita de textos segundo técnicas de exegese e de escrita que caracterizam a área. Assim, execução das atividades concernidas pelo plano de trabalho privilegiou o cotejo das fontes primárias da pesquisa, sobretudo o *Tractatus Logico-Philosophicus*, sem se furtar à apreciação de fontes secundárias, textos de destacados comentadores, que se inscrevem na tradição de leitura da obra de Wittgenstein. Nesse sentido, o trabalho de pesquisa consistiu em duas etapas. Em uma primeira etapa, a da leitura, os textos indispensáveis à pesquisa foram cuidadosamente fichados. Em uma segunda etapa, a da escrita, uma vez vencida a etapa da leitura, foi elaborado um texto monográfico que foi gradativamente apresentado nas reuniões de nosso Grupo de Estudo e Pesquisa, de modo a permitir a apreciação dos resultados parciais da pesquisa por meio do debate das questões que ela envolve.

Resultados e Discussão:

Não há no *Tractatus Logico-Philosophicus* uma definição do que seria propriamente a ética. Todavia, na *Conferência Sobre Ética*, Ludwig Wittgenstein, adota, segundo ele próprio, a definição de ética de Moore, isto é, como sendo a investigação sobre o que é bom. Num sentido mais amplo e para esclarecer-se, traz a noção de investigação sobre o valioso, o que realmente importa, o significado da vida, aquilo que faz com que a vida mereça ser vivida, ou sobre a maneira correta de viver.¹ Para estudiosos como Rudolf Haller, esta compreensão está, grosso modo, em consonância com o que se denomina ética na história da filosofia.²

Ao explicar sua concepção, Wittgenstein nos alerta para dois sentidos distintos que considera serem utilizados nas expressões, um que chama de *trivial* ou *relativo* e outro denominado *ético* ou *absoluto*, sendo apenas este segundo um juízo do qual faz uso a ética.

Nessa perspectiva, o termo “bom” em sentido *trivial/relativo*, nas palavras de Wittgenstein, “significa simplesmente que satisfaz um certo padrão predeterminado”.³ Ou seja, conforme Haller, “bom com relação a uma escala, a uma “medida previamente fixada” ou, em duas palavras, bom no contexto de um quadro de avaliação”.⁴

Estes juízos são, para Wittgenstein, enunciados de fatos e podem ser expressos de modo que percam toda a aparência de juízos de valor.

Tal é o convencimento de Wittgenstein que enunciados de fatos não podem ser nem implicar juízos de valor absoluto, que chega a nos dizer nesta conferência que ainda que fossemos oniscientes e escrevessemos um livro sobre tudo que sabemos, neste livro haveria uma descrição total do mundo, no entanto sequer um juízo ético. Nesse entendimento, parece estar em jogo a mesma concepção de mundo afirmada no aforisma 1 e 1.1 do *Tractatus*, isto é, como tudo o que é o caso, ou seja, a totalidade dos fatos.

Nesse ponto, como nos alerta Wittgenstein, poderíamos pensar que apesar de “bom” ou “mau” não serem qualidades do mundo externo a nós, são atributos de nossos estados mentais, como pode fazer crer a frase de Hamlet citada na *Conferência*: “Nada é bom ou mau, mas é o pensamento que o faz assim”. Todavia, Wittgenstein nega esta interpretação. Alega que um estado mental entendido como um fato descritível não é bom ou mau em sentido ético.

O que seria, então, um juízo *ético/absoluto*? Wittgenstein argumenta que seria um juízo que se apresentaria a nós como uma necessidade lógica, tal como seria, exemplifica, uma estrada absolutamente correta, que ao vê-la todo mundo deveria toma-la como necessidade lógica ou envergonhar-se de não fazê-lo, ou o bem absoluto, que seria aquele que todo mundo, independente de seus gostos e inclinações, realizaria necessariamente ou sentiria culpa de não fazê-lo. Os juízos *éticos/absolutos* estão, diferente dos juízos *triviais/relativos*, isentos de conteúdo fático, por outro lado os juízos *triviais/relativos*, que possuem conteúdo fático mas não são juízos de valor, não tem o poder coercitivo que Wittgenstein defende ser próprio de um juízo *ético/absoluto*.

Essa compreensão pode ser entendida como em concordância e desenvolvendo ao menos duas passagens do *Tractatus*: o aforisma 6.375 e o 6.4. No primeiro Wittgenstein afirma só existir necessidade na lógica (e não em juízos éticos, como procura mostrar na *Conferência*). No segundo, alega que todas as proposições tem igual valor. Para Margutti, se este ‘valor’ quer dizer ‘valor ético’, este aforismo poderia ser rephraseado nos seguintes termos: “todas as proposições são de igual valor porque não possuem qualquer valor”.⁵

Essa distinção entre juízos relativos e absolutos, e a indescritibilidade desses últimos, não se encontra no *Tractatus*, mas podemos interpretá-la como um desenvolvimento do que seria um direcionamento já presente nessa primeira obra. Isto porque, no aforisma 6.41, Wittgenstein afirma que não há valores no mundo, que nesse só há fatos e portanto contingência, e que se há valores estes devem estar fora do mundo. Já no aforisma 6.42 declara a impossibilidade de proposições éticas. A plausibilidade dessa interpretação consiste no fato do *Tractatus* e a *Conferência* concordarem que não há valores no mundo, que se existem, existem somente fora desses, também como, por isso (por não serem fatos no mundo), não podem ser expressos. Os juízos relativos, com aparência de juízos éticos, apresentados na *Conferência* se refeririam a estes fatos contingentes, já os juízos absolutos a estes valores fora da contingência, ou seja, fora do mundo.

Nesse sentido, Wittgenstein, considerando que o uso que fazemos das palavras em ciência são recipientes capazes apenas de conter e transmitir significados e sentidos naturais, afirma que a Ética, se é algo, é

¹ WITTGENSTEIN, Conferência sobre Ética, p. 216.

² HALLER, A Ética no Pensamento de Wittgenstein, p. 45.

³ WITTGENSTEIN, Conferência sobre Ética, p. 217.

⁴ HALLER, A Ética no Pensamento de Wittgenstein, p. 46.

⁵ MARGUTTI, Iniciação ao Silêncio, p. 235.

sobrenatural e nossas palavras apenas expressam fatos, e quanto a estes e as proposições só existiriam valores relativos. Ou seja, nas palavras do autor: “A Ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o bem absoluto, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência.”⁶ Esse convencimento já se mostra presente no *Tractatus*, quando no aforisma 6.52 afirma que “mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados”.

Ainda na tentativa de esclarecer o que seria um juízo absoluto e o que teríamos em mente quando usamos expressões como “bem absoluto”, “valor absoluto” e etc., Wittgenstein recorre a exemplos pessoais a partir dos quais cada um poderia invocar experiências próprias idênticas ou semelhantes. Os exemplos são três experiências, das quais interessa mais ao presente texto as seguintes: a de assombrar-se diante da existência do mundo e a de sentir-se absolutamente seguro. Cada uma destas experiências, dirá Wittgenstein, ainda que experienciadas por ele como absolutas, carecem de sentido ao serem expressadas dessa forma.

Tendo em vista estas experiências, Wittgenstein, considerando esse problema da ausência de conteúdo fático nas expressões éticas, nos diz que a linguagem ética parece constantemente usar símiles. Um símile pode ser entendido como uma expressão que serve de auxílio para esclarecer o sentido do que queremos dizer. Todavia, segundo o autor, se podemos descrever um fato através de um símile, poderíamos também abandoná-lo e descrever o fato diretamente, mas ao tentarmos fazer isso com a linguagem ética, deparamo-nos com a ausência de tais fatos. Desse modo, aquilo que, num primeiro momento, pareceu ser um símile, revela-se como um mero sem sentido.

Não se trata, portanto, como Wittgenstein afirmará no fim da *Conferência*, dessas expressões carentes de sentido não possuírem sentido por ainda não terem sido expressas corretamente, mas sim que esta falta de sentido constitui sua própria essência.

Conclusões:

Ao compreendermos a *Conferência Sobre Ética* como uma extensão do *Tractatus Logico-Philosophicus*, essa se revela um texto que reforça, esclarece e desenvolve as noções mais fundamentais desse outro quanto a delimitação do que pode ou não ser expresso com sentido pela linguagem, acerca do que seria a ética e quais expressões tem caráter ético ou não. Ética que por sua vez, tanto no *Tractatus* como na *Conferência*, está fora do âmbito do dizível, dado que não satisfaz as condições já expostas para que pudesse ser dita com sentido.

Referências bibliográficas

DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e Linguagem**: uma introdução ao *Tractatus de Wittgenstein*. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2005. p. 213-224.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MORENO, Arley R. **Wittgenstein**: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório. São Paulo: Moderna, 2000.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao silêncio**: análise do *Tractatus* de Wittgenstein. São Paulo: edições Loyola (coleção Filosofia), 1998.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”. In: **Tractatus Logico-Philosophicus**, Edusp, São Paulo, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus LogicoPhilosophicus**. 3.ed. 2.reimp. São Paulo: EDUSP, 2010.

“Conferência sobre Ética”. In: DALL'AGNOL, Darlei. **Ética e Linguagem**: uma introdução ao *Tractatus de Wittgenstein*. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2005. p. 213-224.

HALLER, R. **A Ética no pensamento de Wittgenstein**. São Paulo, Revista Estudos Avançados, v. 5, n. 11, 1991.

⁶ WITTGENSTEIN, Conferência sobre Ética, p. 224.